

Thot



*Civilizações
americanas:
cinco
séculos de
desconhecimento*

**Eduardo
Natalino**

*A noção
do Sagrado
em Gregory
Bateson*

**Vincent
Kenny**

*Tempo
de sonho,
tempo
de vida*

**Beto
Hoisel**

**VALORES
QUE
NÃO TÊM
PREÇO**

**Programa de
educação em
ética e valores
universais**

Índice



THOT é uma publicação da Associação Palas Athena do Brasil.

THOT nº 72 - outubro de 1999
tiragem: 3.000 exemplares
ISSN 1413-893x
R\$ 9,00

Editores: Basílio Pawłowicz,
George Barcat, Humberto
Marinini, Lia Diskin,
Primo Augusto Gerbelli,
Ubiratan D'Ambrosio.
Equipe THOT: Isabel Cristina
M. Azevedo, José Flávio Rett,
José Romão Trigo de Aguiar,
Lúcio Benfatti Marques,
Mara Novello Gerbelli,
Nilton Almeida Silva,
Paulina Bernstein,
Thaizinha Siqueira Campos,
Yara Bonomo

Colaboradores: Colação
Veras, Daniela Moreau,
Marta José Seth Neves,
Marta Mantovani, Roberto
Zemmer, Suzete Carvalho,
Wilson Campanella.

Produção: Ademar Assaoka,
Emílio Moutarige,
Lucia Branda S. Moutarige,
Marta do Carmo de Oliveira,
Sergio Marques.

Impressão e distribuição:
Gráfica e Editora Palas Athena.
Jornalista responsável:
José Carlos Filho.

Capa:
Matriz del mundo,
Yucaye Cucame

- 1 Editorial
 - 2 A noção do sagrado em
Gregory Bateson
Vincent Kenny
 - 32 Civilizações americanas:
cinco séculos de desconhecimento
Eduardo Natalino dos Santos
 - 50 Hölderlin: a proximidade e a
distância do sagrado
Dora Ferreira da Silva
 - 60 Introdução à meditação cristã
Lawrence Freeman
 - 69 Submissão
Suzete Carvalho
 - 76 De Freud a Bion pelos caminhos
de Lao-Tzu
Ignácio Gerber
 - 99 Painel – Valores que não têm preço
 - 109 Tempo de sonho, tempo de vida
Beto Hoisel
- Epifania: Estranha beleza do mar
George Barcat

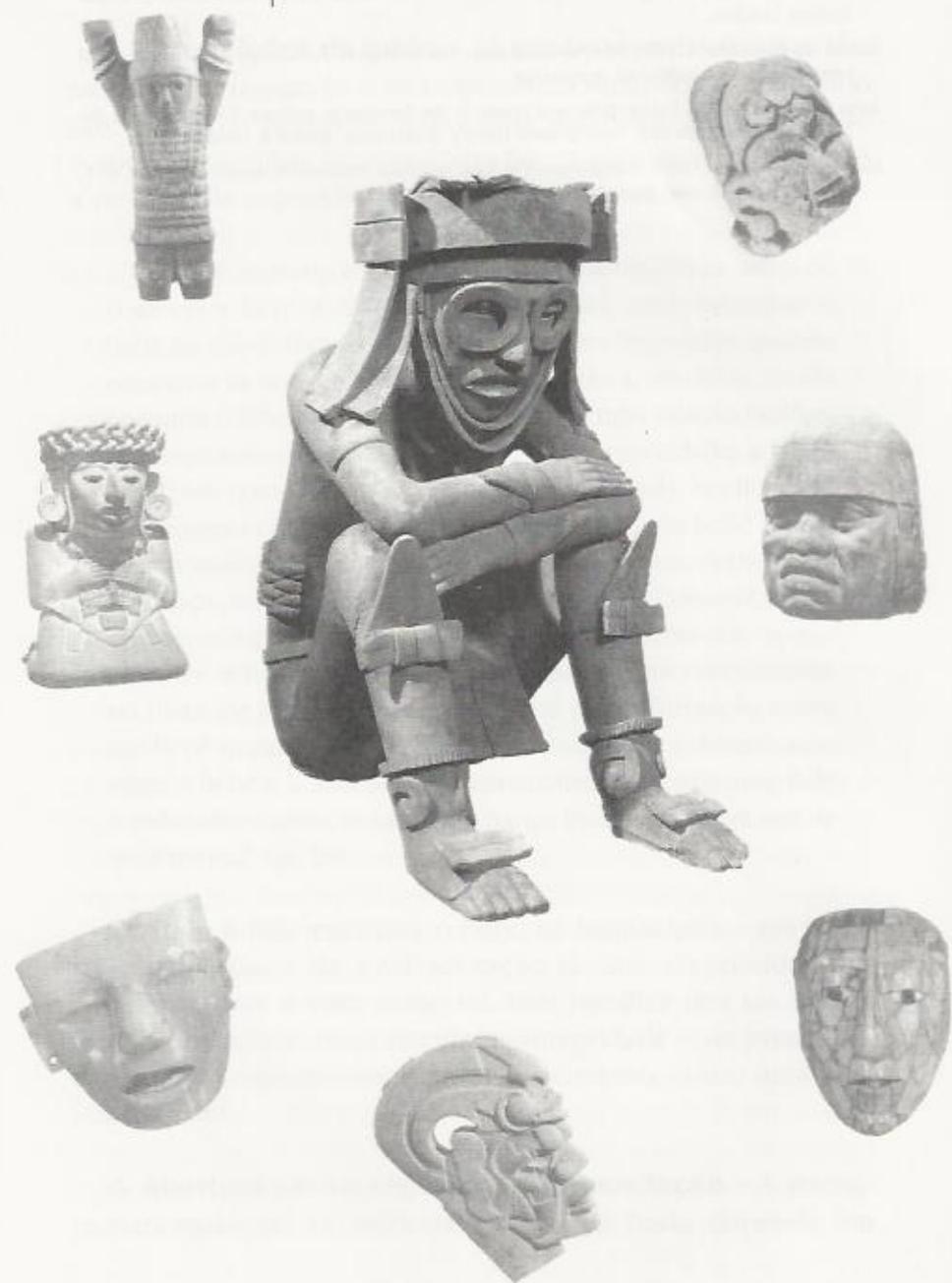
Não publicamos matérias redacionais pagas. Permitida a reprodução, citando a origem. Os números atrasados serão vendidos conforme a última tabela de preços publicada pela Editora Palas Athena. Periodicidade: trimestral. Assinatura por quatro números pedidos em nome da Associação Palas Athena do Brasil, no endereço abaixo. A responsabilidade pelos artigos assinados cabe aos autores. Matrícula nº 2046. Registro no DDCP do Departamento de Polícia Federal sob nº 1586 P 290/73.

Associação Palas Athena do Brasil
Rua Leôncio de Carvalho, 99 - Paraíso
04003-010 - São Paulo - SP
Fones: (0xx11) 288.7356 - 283.0867 e 287.2668
Fax: (0xx11) 287.8941
Internet: <http://www.palasaathena.org>

**EDUARDO
NATALINO
DOS SANTOS**

é professor
da Associação
Palas Athena e
mestrando em
História da América
pela USP, com
bolsa da FAPESP.
natalino@usp.br

CIVILIZAÇÕES AMERICANAS: CINCO SÉCULOS DE DESCONHECIMENTO



Qualquer pessoa minimamente interessada em ciências humanas é capaz de conversar algum tempo sobre o Egito, a Índia, a China, o Japão, a clássica história ocidental e até sobre o Islão, suas realizações culturais e visões de mundo. Mas se o assunto é civilizações americanas a conversa se encurta. Aqui havia apenas índios, que segundo uns eram povos primitivos e selvagens, e segundo outros, os mais românticos, viviam em perfeita harmonia com a natureza. Às vezes alguns nomes são lembrados: maias, incas e astecas, mas a conversa não vai muito além disso, e no máximo chega ao comentário de que faziam sacrifícios humanos, quando então o esgar de reprovação é inevitável.

Por que sabemos os nomes das famílias que patrocinaram as artes durante o renascimento artístico italiano, ou de personagens da Revolução Francesa, e desconhecemos as civilizações americanas? Por que tais civilizações não fazem parte da grade curricular do ensino fundamental e médio? Obviamente a proposta não é que esqueçamos esses nomes, ou voltemos as costas para a história do Egito, Índia, China, Japão ou Islão, mas que dediquemos mais atenção a essas culturas.

Esse exílio cultural produz sérias conseqüências na atualidade, determina a vida ou morte de grupos e culturas espalhados por todo o nosso continente. Não estamos, afinal de contas, tratando de uma falha no repertório da erudição ocidental, mas da atitude de desprezo e infantilização de culturas vivas que, não obstante as desfavoráveis condições dos últimos cinco séculos, sobrevivem ao nosso lado, mesmo em metrópoles como São Paulo ou Cidade do México.

Embora seja muito difícil precisar quantitativamente, sabemos que esse continente estava povoado, de norte a sul e de uma costa a outra, por algumas dezenas de milhões – as cifras vão de 20 a 200 milhões – de habitantes, no momento anterior à chegada dos navegadores europeus. Esses milhões compunham um extraordinário leque cultural, com línguas e modos de vida distintos.

Tais fatos são encobertos pela enorme generalização trazida pelo termo *índio*. Trata-se de um conceito velador, que esconde a multiplicidade cultural, e foi criado por uma tradição narrativa que tende a supervalorizar o *locus* de onde fala e a despersonalizar as periferias, e chega mesmo a negar a humanidade e a racionalidade dos habitantes mais distantes de seus centros. É assim desde Heródoto.

Os séculos 15 e 16 viram o surgimento de um processo de ocidentalização do globo e de suas distintas culturas. Este, em seus desdobramentos, passou, na maioria das vezes, pela total desapareção de povos inteiros, que continua até hoje – não obstante as autocríticas de pensadores e intelectuais do próprio mundo ocidental. Desaparece uma língua por dia. Se levarmos em conta que uma língua é uma forma de ver e entender o mundo, podemos afirmar o desaparecimento de uma cultura a cada novo dia.

Acredito que a compreensão desse problema e suas possíveis soluções passa pelo entendimento histórico. Entendo que conhecer essas culturas é deixar de tratá-las indistintamente como *outras*, é relativizar a validade e o alcance de nossos próprios valores e explicações.

Penso que só assim estaremos contribuindo para urgentes mudanças do olhar ocidental sobre essas civilizações. Caso isso não venha a acontecer – o que infelizmente é mais provável – persistirá a triste miopia que torna homogênea a multiculturalidade de imponderáveis saberes e belezas. Não se trata de tomar os acontecimentos históricos como exemplos, para evitá-los no presente ou futuro. Não acredito que a história se repita. Trata-se de entender um processo em andamento, seus fundamentos e desdobramentos.

As Grandes Regiões Culturais Americanas – Na América, tudo vem se revelando muito mais antigo do que se supunha há poucas décadas. Há indícios de que a presença do homem no continente abarca cerca de 30.000 anos. Se comprovados, eles alterarão toda a teoria das migrações asiáticas, que teriam ocorrido no fim da última glaciação, por volta de 10 ou 12 mil anos atrás. Outras hipóteses, como a das migrações pelas ilhas do Oceano Pacífico, são cada vez mais estudadas.

Sobre esse longo período que foi a história dos povos americanos antes da chegada dos europeus, muito sabemos hoje, mas pouco tem sido amplamente divulgado de modo a despertar interesse de um público que ultrapasse os meios especializados. Quais são os motivos desse desinteresse pelas culturas do nosso próprio continente, muitas das quais ainda vivas?

Tratar da América pré-hispânica ou indígena como um todo homogêneo não nos conduzirá a um bom porto. É claro que podemos traçar paralelos entre essa e aquela cultura, e até explicar alguns fenômenos que envolveram todas elas, como a exploração colonial, por exemplo. Mas creio que é hora de

nomeá-las e liberá-las de generalizações que mais encobrem que revelam.

A América foi – e hoje, em menor grau, continua a ser – um mosaico cultural e lingüístico, dentro do qual podemos perceber a existência de grandes regiões culturais formadas por povos que partilham grupos lingüísticos, e elementos culturais que caracterizam sua visão de mundo e estilo de vida. Buscando um meio termo entre a especialização dos antropólogos – que, na maioria dos casos, tratam de um povo ou tribo – e as amplas generalizações dos historiadores mais tradicionais – que tratam de todos os indígenas – acredito que devemos tentar entender essas culturas a partir de análises que valorizem as especificidades regionais, sem esquecer de procurar estabelecer relações outras.

Nesse sentido, abandonando a ampla generalização de uma América indígena, creio que devemos avançar e valorizar estudos que nos permitam entender culturas específicas, como a caribe, a mesoamericana, a grande chichimeca, a anasazi, a andina, a amazônica, e tantas outras, desvelando-as do grande anonimato que se esconde por sob o termo *índio*. Para tentar contribuir com a proposta acima, escolhi tratar da Mesoamérica.

A Mesoamérica – Muitas vezes confundida com o conceito geográfico de América Central, Mesoamérica é uma noção que encontra sua definição em aspectos culturais comuns a uma determinada região. Não obstante as especificidades culturais observadas, geográfica e temporalmente, nos povos indígenas que a habitaram e a habitam até hoje, podemos afirmar a existência de uma unidade, forjada por traços culturais comuns. Ela fica na região que vai, atualmente, do centro de Honduras e do noroeste da Costa Rica, ao sul, até o norte do México, tendo como limites os estados de Taumalipas e Sinaloa, e de uma a outra costa marítima. Em outras palavras, podemos afirmar que é a parte do continente que vai mais do ocidente para o oriente e não do norte para o sul, como mostram alguns mapas, com uma certa deformação geográfica. Vejamos algumas das realizações culturais que definem essa civilização.

Os mesoamericanos contavam com um sistema de calendário de dois ciclos concomitantes. O *xiuhmolpilli*, que corresponde a um ciclo de 52 anos siderais (365,256 dias), contados com 4 signos, que eram utilizados 13 vezes cada um, de forma alternada.

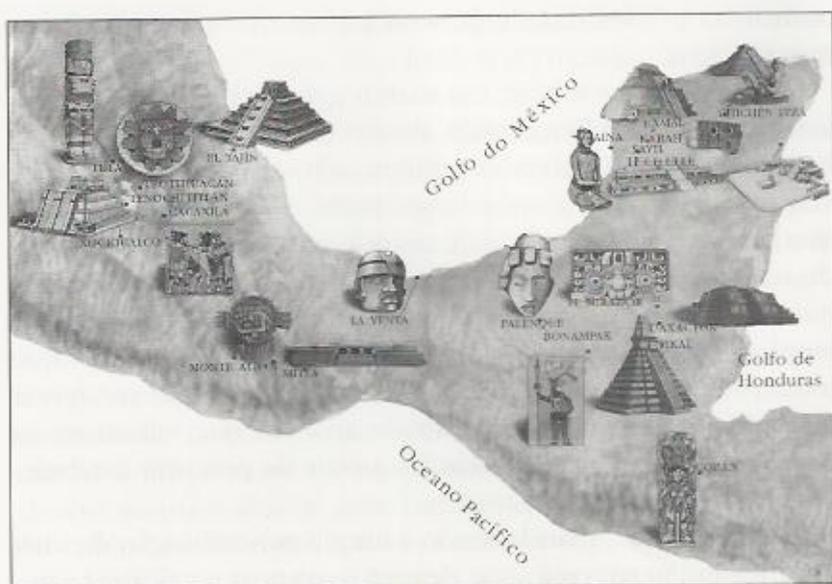


Fig. 1 - Mapa da Mesoamérica

Por exemplo, se os signos fossem *acatl*, *tecpatl*, *calli* e *tochtli*, respectivamente cana, pederneira, casa e coelho, a contagem seria 1 *acatl*, 2 *tecpatl*, 3 *calli*, 4 *tochtli*, 5 *acatl*, 6 *tecpatl*, 7 *calli*, 8 *tochtli*, 9 *acatl*, 10 *tecpatl*, 11 *calli*, 12 *tochtli*, 13 *acatl*, 1 *tecpatl*, 2 *calli* etc., até que *acatl* voltasse a ser o ano 1. Isso só ocorreria depois de completados 52 anos, quando eram realizadas grandes festividades chamadas de *atadura dos anos* ou *fogo novo*, pois em um desses finais de ciclos de 52 anos acreditava-se que este mundo acabaria, como acontecera outras vezes.

Todos os utensílios eram quebrados e jogados fora, os fogos dos lares e templos eram apagados e, no meio dessa última noite, quando se iniciava o primeiro dia do ciclo seguinte, os sacerdotes das principais cidades subiam em cerros considerados sagrados. Lá, friccionando pedaços de madeira – às vezes sobre o peito de um sacrificado – tiravam um fogo novo, que os serviria pelos próximos 52 anos, já que o mundo não acabara e o sol voltara a nascer.

Esse ano de 365,256 dias, era dividido em 18 períodos de vinte dias – marcados por festas dedicadas às diferentes deidades e muito ligadas ao ciclo das estações e das atividades agrícolas – mais 5 dias finais, chamados de *nemontemi*, isto é, *baldios*, *vazios* ou *dias ocos*, quando nada se fazia esperando o início do novo ano, que ocorria pelo mês de fevereiro. Nesse ciclo os dias não recebiam nomes específicos, o que ficava a cargo do outro ciclo do calendário, chamado *tonapoualli*.

O termo *tonapoualli* provém do termo nahuatl *tonalpoa*, que significa *adivinhar, predizer, contar as festas*. Esse ciclo de 260 dias – período talvez relacionado com o tempo de gestação humana – era dividido em 20 períodos de 13 dias. Ou seja, os vinte signos, ou *tonalli*, recebiam números de um a treze, até operarem-se todas as possíveis combinações que serviam, portanto, para determinar o nome dos dias. Os signos aparecem na figura 2.

I  Cipactli	II  Ehecatl Vento	III  Calli Casa	IV  Cuetzpalin Lagarto	V  Coatl Serpente	VI  Miquiztli Morte	VII  Mozatl Veado
VIII  Tochtli Coelho	IX  Atl Água	X  Itzcuintli Cão	XI  Ozomatli Macaco	XII  Malinali Erva (dentes)	XIII  Acatl Cana	XIV  Ocelotl Jaguar
XV  Cuauhtli Águia	XVI  Cozacacualtli Abutre	XVII  Ollin Movimento Borracha ou Tremor	XVIII  Tecpatl Pederneira	XIX  Quiahuitl Chuva	XIX  Xóchitl flor	

Fig. 2 - Os tonalli

Dessa forma e nessa seqüência, os signos recebiam números de 1 a 13, que se repetiam até *cipactli* receber novamente o número 1, o que ocorria a cada 260 dias. Os dias recebiam os seguintes nomes: 1 cipactli, 2 ehecatl, 3 calli, 4 cuetzpalin, 5 coatl, 6 miquiztli, 7 mazatl, 8 tochtli, 9 atl, 10 itzcuintli, 11 ozomatli, 12 malinali, 13 acatl, 1 ocelotl, 2 cuauhtli, e assim sucessivamente até a repetição.

Vale notar também a forma de integração dos dois sistemas, cuja sincronia permitia a repetição da combinação entre os dois ciclos a cada 52 anos. O primeiro dia do ano de 365 dias encontrava-se com o primeiro dia do ciclo de 260 dias a cada 52 anos, justamente na *atadura dos anos*.

Mais que uma forma de apenas contar os dias – o que já é fundamental, para um povo que tem na agricultura uma de suas principais atividades –, o calendário mesoamericano organizava

todas as esferas da vida: plantações, viagens dos comerciantes, festas religiosas, guerras, mercado, destino das crianças etc. Isso ocorria porque cada dia estava sob a influência de determinado signo que o regia. Cada trezena tinha uma espécie de patrono, e estava voltada para uma determinada direção do mundo. Cada ano também trazia suas cargas de influência.

Tais prognósticos e adivinhações eram feitos por sacerdotes especializados, que conheciam os *tonalamatl*, livros onde esses ciclos estavam organizados e nos quais se baseavam para seus prognósticos sobre os recém-nascidos, ou qualquer outra atividade que se pretendia realizar em determinado dia. É interessante notar que muitos nomes de pessoas eram os próprios nomes dos dias em que provavelmente nasceram, como o exemplo do famoso Oito Veado, filho de um importante sacerdote de Tlatongo, cuja história está retratada no códice Nuttall.

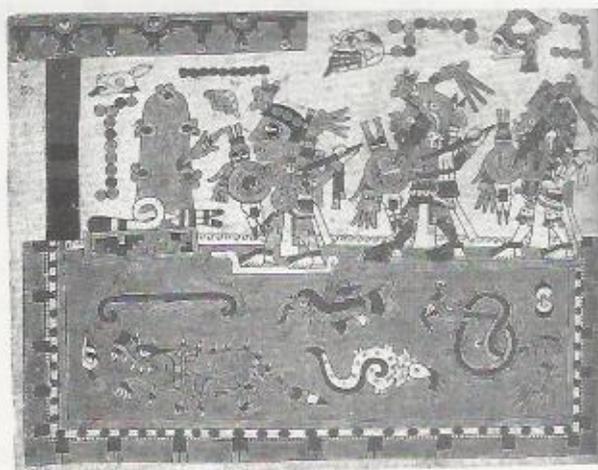


Fig. 3. Oito Veado atacando uma ilha na região mixteca

Esse sistema de contagem do tempo foi utilizado por mais de 3.000 anos sem interrupção e contou com amplos cálculos em direção ao passado, tratando da existência de outros sóis e humanidades. E também em direção ao futuro, com as previsões astronômicas maias, não igualadas por nenhuma outra cultura anterior.

Os povos mesoamericanos compartilhavam uma complexa e detalhada cosmografia ou visão do espaço. O espaço horizontal era dividido em 5 rumos ou direções: poente, nascente, norte, sul e centro, cada qual com suas deidades e influências. Tal concepção refletia-se nas formas de organizações urbanas

– ordenando as cidades em eixos cardeais e dividindo-as geralmente em 4 bairros e centro – e na produção dos próprios códices e mapas. Quanto ao espaço vertical, contavam, de acordo com o códice Vaticano A, 13 céus e 9 níveis de inframundo a partir do plano terrestre. Cada um desses níveis celestes ou do inframundo tinha suas próprias características e era presidido por deidades diferentes.

Acreditavam que o destino pós-morte estava ligado a como a morte ocorria: as crianças falecidas antes de um ano de vida iam para um lugar onde havia uma árvore de leite, *Chichiualquauitl*, que as sustentaria até renascerem. As mulheres mortas no primeiro parto, os guerreiros mortos em batalhas ou os mercadores mortos nas viagens de seu ofício – atividades consideradas uma espécie de batalha – iam para junto do sol, ajudá-lo no seu percurso pelo céu. Depois do poente, esse mesmo sol era acompanhado pelos mortos comuns, que habitavam os inframundos por quatro anos, ao fim dos quais desapareciam por completo.

Havia ainda um paraíso terrestre, chamado *Tlalocan*, ou *lugar de Tlaloc*, uma das mais antigas e cultuadas divindades dessas culturas, relacionada principalmente com a água. Para lá iam os afogados, as vítimas de raios ou de doenças bubônicas.

Uma outra realização cultural mesoamericana foi a produção de *amoxtlí*, antigos livros sanfonados feitos com papel *amate*, peles ou telas de algodão, conhecidos também como códices mexicanos. Esses suportes mnemônicos, em forma de biombo, podem ser classificados em dois tipos. Os *teoamoxtlí* são livros rituais, que têm como princípio de leitura a sincronia do *tonalpoualli*, e eram utilizados nos prognósticos de todos os aspectos da vida.

Outro conjunto é formado pelos *xiuhtlapoualli*, livros anais que têm um princípio de leitura diacrônico, ou seja, os anos (365,256 dias) são contados de forma seqüencial por meio dos quatro signos, como explicado acima. Neles, os acontecimentos relevantes são narrados ano a ano. Este último tipo trazia em geral informações sobre um distante passado, época em que foram criados os vários sóis que teriam existido – crença que é uma outra característica mesoamericana – e segue narrando migrações, alianças, reinos, guerras, e até acontecimentos posteriores à chegada dos espanhóis.

No que diz respeito à localização cronológica, podemos afirmar que quando os espanhóis chegaram à Mesoamérica tinha uma história de civilizações urbanas, registrada com seus

próprios meios de suporte de memória de mais ou menos 3.000 anos. Vejamos, de forma geral, como isso aconteceu.

Origens Olmecas – Sabemos hoje que a presença do homem no continente data de pelo menos 30.000 anos, e que na região da Mesoamérica ela remonta a 10.000 anos, segundo os achados arqueológicos de Tepexpan e Tlapacoya.

Por volta de meados do 5º milênio a.C., ocorreu o início da domesticação de plantas como o milho, o feijão, a abóbora e o pimentão. Vale lembrar que a agricultura será, por excelência, a atividade provedora de sustento mesoamericana, já que o pastoreio era praticamente inexistente e a caça será sempre uma atividade complementar.

Essas circunstâncias trouxeram aos povos mesoamericanos – e de outras partes do continente – um excepcional saber agrícola, que culminou com a chamada *invenção do milho*, por volta do ano 3000 a.C. A palavra *invenção* é empregada pelo fato de o milho silvestre ser uma planta pequenina, cuja espiga não ultrapassa 10 cm, que foi desenvolvida até conseguir-se o cereal que conhecemos hoje. Este depende exclusivamente do cultivo humano.

A importância desse feito agrícola foi entendida pelos povos mesoamericanos, que narram, em suas cosmogonias, que a atual humanidade teve a carne de seus corpos feita com a massa do milho. *O homem é de milho*, afirma o *Popol Vuh*. A data atribuída à criação do atual Sol e da atual humanidade (3113 a.C.), a partir da qual se contavam os anos, coincide aproximadamente com essa conquista, que ocorreu por volta do ano 3000 a.C.

Considerada a civilização-mãe mesoamericana, os indícios mais antigos da civilização olmeca datam de mais ou menos 1500 a.C., e foram encontrados em centros cerimoniais na Costa do Golfo – atuais estados de Veracruz e Tabasco. Objetos olmecas encontrados em Tenochtitlan, capital asteca, e as declarações dos informantes do frei espanhol Bernardino de Sahagún, no século 16, atestam a importância dessa civilização nas origens da cultura mesoamericana, da qual os longínquos mexicas se julgavam herdeiros. Os principais centros urbanos olmecas foram San Lorenzo, La Venta, Laguna de Los Cerros e Tres Zapotes. Neste último local, foi encontrado o mais antigo texto hieroglífico, conhecido como a estela de La Mojarra, que data do século 2º d.C. Está hoje no Museu de Antropologia de Xalapa, em Veracruz.

Responsáveis também por uma escultura de grandes proporções – como atestam as famosas cabeças colossais –, e por um comércio desenvolvido e sustentado pela força militar, os olmecas foram responsáveis por uma outra realização que se tornaria típica da Mesoamérica: a utilização da borracha (látex). Esta era especialmente usada nos jogos rituais de pelota, que se tornaram um marco civilizacional dos povos mesoamericanos. A importância e grandeza de uma cidade refletia-se na quantidade de campos de pelota que tinha. A própria denominação de *olmecas* provém do termo *ollin*, que significa *borracha*, *movimento* ou *tremor*.

As inscrições que contêm signos calendários mais antigos da Mesoamérica encontram-se em uma região diretamente influenciada pelos olmecas – Monte Alban, em Oaxaca – e datam de 600 a.C. Tais inscrições são recordadas dois mil anos depois pelos mexicas, que tentam enquadrar-se em uma tradição cultural milenar originada pelos olmecas. Mostram, assim, a continuidade de uma tradição de registros, que de certa forma atesta uma unidade ou filiação cultural, que antes passou por Teotihuacan e Tula.

Teotihuacan e Tula: Paradigmas Urbanos – Teotihuacan teve o início de sua edificação por volta de 200 a.C., um pouco antes da época do esplendor clássico das cidades sagradas maias, como Tikal, Uaxactún, Yaxchilán, Copán e Palenque. Tornou-se um paradigma das cidades posteriores.

Por essa época, já se havia consolidado o florescimento da região de Oaxaca com as cidades de San José Mogote, Dainzu e Monte Alban. A *Cidade dos Deuses*, Teotihuacan, foi certa-



Fig. 4 - Foto de Teotihuacan

mente um dos maiores centros urbanos da região. A lembrança de sua grandiosidade foi guardada nos *xiuhtlapoualli* – códices anais citados anteriormente – e é atestada ainda hoje por quem visita a monumentalidade de suas construções e de suas amplas avenidas e praças.

Essa cidade teve seu apogeu seis ou sete séculos antes dos mexicas fundarem Tenochtitlan (1325 d.C.). Sua história tem pelo menos 900 anos de duração. Foi lá que, segundo relatos da memória *nahua*, Quetzalcoatl e outros deuses no ano 13 acatl criaram a atual humanidade do Quinto Sol. Esta, como as quatro anteriores, haveria de perecer, dessa vez *por terremotos e fomes em geral*. Na memória das origens estava a chave para o conhecimento dos acontecimentos futuros.

Teotihuacan chegou a ter uma população de 150 mil habitantes, distribuídos em uma região que abrangia mais de 20 km². Foi, com certeza, a maior cidade americana em seu apogeu, e talvez a maior do mundo em sua época. Tinha ruas planejadas e distribuídas em eixos, a partir da Avenida dos Mortos (norte-sul), abastecimento de água e rede de drenagem e construções administrativas e públicas, dispostas ao longo dessa avenida. Havia também bairros para especialistas em determinadas artes e ofícios ou para estrangeiros.

Entre os séculos 7º e 9º, por motivos desconhecidos, ocorre a decadência e o abandono dos centros maias e de Teotihuacan. Seriam as migrações dos povos nortenhos, que futuramente dominariam toda essa região, as causas? Ou será que os povos nortenhos apenas aproveitaram o vácuo deixado por essas antigas populações, para entrar na região? Esse período coincide com a chegada do primeiro povo de origem *nahua*, vindo de paragens mais ao norte: os toltecas.

Em suma, Teotihuacan forneceu elementos essenciais para a síntese mesoamericana, conhecida principalmente por meio dos mexicas. Foi a metrópole por excelência do mundo mesoamericano, com o urbanismo, a policromia de suas peças e murais, a estratificação social, o comércio e a religião. Foi nela que as outras populações, que chegavam à Mesoamérica, ancoraram suas cosmogonias do Quinto Sol e do sacrifício de Quetzalcoatl para criar o homem, dois princípios cardinais da teologia mesoamericana: o caráter cíclico do universo e o preço da existência humana.

Como os grandes centros políticos posteriores, Teotihuacan foi convertida em espelho e cifra da fundação original do Cosmos. O esquema quadripartido, com o umbigo do mundo no

centro, teve aí sua origem. Foi uma cidade voltada para o divino, onde o sagrado permeava tudo.

Tula, cidade dos toltecas, foi fundada em 856 d.C., talvez por sobreviventes de Teotihuacan, junto com os novos migrantes nortenhos que chegavam à região. Transformou-se em herdeira e centro cultural, dando início ao período de predominância dos toltecas que, antes de chegar à região do altiplano central, passaram por uma etapa de transição em Xochicalco e Cacaxtla, onde tiveram encontros com sábios do Altiplano e da região maia.

Tula se tornará o símbolo da perduração de antigas tradições – Quetzalcoatl – e da mistura com espírito guerreiro nortenho – Huitzilopochtli, para os mexicas. Tornaram-se conhecidos seus grandes artífices, que punham o coração nas obras e “ensinavam o barro a mentir”. O nome da cidade significa *lugar dos juncos*, e o de seus habitantes – toltecas – tornou-se sinônimo de artesão, pessoa hábil nas artes e ofícios, ou sábio. Suas realizações foram enciclopédicas, e iam da arquitetura à interpretação dos sonhos.

A figura central de Tula é Topiltzin ou Quetzalcoatl, rei-sacerdote que trouxe os dons sociais – casas de jejum e culto, templos redondos, auto-sacrifícios e artes e ofícios em geral. Tudo isso fez com que a cidade se tornasse a mais célebre do seu tempo.

Sua queda inicia-se em 1168, segundo o Códice Boturini, e vai até 1428, quando os mexicas já se afirmam como senhores herdeiros dessa tradição, na luta com os distintos senhorios que disputavam a cobiçada herança. Parece que as discórdias de Quetzalcoatl com Tezcatlipoca, seu deus-companheiro e adversário, resultaram na ruína de Tula e na dispersão dos toltecas pelo Vale do México, Cholula e Chichén-Itza. Tais narrativas talvez apontem para divisões religiosas internas entre facções que ambicionavam o poder.

Astecas ou Mexicas? – As principais fontes para o estudo das origens e caminhos percorridos pelos mexicas – conhecidos também como astecas – são seus próprios relatos, registrados em códices pré-hispânicos como a *Tira de la Peregrinación*. Há também as crônicas dos religiosos espanhóis do século 16, como as dos freis Bernardino de Sahagún e Diego Durán.

Ao estudar essas fontes, deve-se ter em mente que as narrativas da origem mexica foram elaboradas *a posteriori* e de forma simbólica. Recontam as narrativas sobre as sucessivas

criações e destruições do mundo, nas quais se inseriam como povo escolhido para manter o funcionamento do cosmos na nova era do Quinto Sol. Em outras palavras, a descrição da peregrinação mexica foi operada a partir da manipulação das narrativas existentes, visando traçar o processo de um povo eleito, desde a saída de Aztlan com as promessas de poder de Huitzilopochtli, até a reutilização das velhas culturas meso-americanas para seu projeto expansionista.

A identificação buscada pelos mexicas com os toltecas é fundamental, pois esse foi o primeiro povo *nahua* a chegar à região e sedentarizar-se, a absorver e fundar um poderoso reino em meio às antigas culturas. Identificar-se aos toltecas era identificar-se a uma bem sucedida e tradicional forma de vida. Para tal concorre a elevação de Huitzilopochtli – deus particular do povo mexica trazido de Aztlan, sua terra de origem – ao panteão das antigas divindades mesoamericanas, junto com Tlaloc, Quetzalcoatl e Tezcatlipoca.

A narrativa das sucessivas criações dos sóis e humanidades ganha um novo capítulo com a Quinta Era e o Quinto Sol. Seu povo escolhido eram os próprios mexicas, encarregados de manterem-no alimentado com os cativos obtidos nas *guerras floridas* – essas lutas que visavam principalmente a conquista de prisioneiros e a sujeição do inimigo a um sistema tributário. A destruição total e a matança indiscriminada de toda a população eram praticamente desconhecidas.

Essa é a visão que consta das crônicas dos freis espanhóis, acrescidas de juízos cristãos e encaixada na história teleológica e providencialista da Europa do século 16, onde logicamente passam a ocupar um lugar marginal, e são considerados objetos no desenrolar da história cristã. Cientes desses fenômenos, podemos narrar alguns dados sobre as origens e migrações dos mexicas.

Até então chamados de astecas, esse grupo nortenho sai da lendária Aztlan – *Lugar das Garças* – em 1111 d.C. São impulsionados pelos desígnios de Huitzilopochtli e por um excesso populacional, que parece ter esgotado as limitadas possibilidades alimentares da região. Iniciam uma longa peregrinação, que terminará com a fundação de Tenochtitlan em 1325.

Esse movimento migratório enquadra-se num fenômeno maior, que podemos chamar de migrações chichimecas. Objeto de muita discussão, o termo *chichimeca* ora parece referir-se a determinados povos em específico, ora pode ser uma expressão generalizante, com conotações pejorativas, relacionada aos povos não-urbanos do norte. Estes viviam além da oscilante

fronteira cultural mesoamericana, e começaram a migrar já a partir do século 18, com os toltecas.

Percorrendo longos caminhos, os mexicas entraram na complexa e povoada região mesoamericana, disputada por povos agricultores, com suas grandes cidades de antigas tradições culturais. Os novatos tiveram que enfrentar o desafio de conseguir um lugar ao sol, e para isso tiveram que “civilizar-se”, adotando traços culturais do estranho meio e assimilando ativamente conhecimentos e símbolos dessas antigas tradições.

Durante o século 12, prosperam novos centros de fala nahuatl ou otomie no Altiplano Central – Coatlinchan, Texcoco, Azcapotzalco, Culhuacan, Chalco e Xochimilco. Começa uma nova etapa cultural, marcada pela forte presença desses grupos, principalmente os povos de fala nahuatl. Em meados do século 13 chega o último grupo, que se tornaria em pouco tempo, junto com outras cidades como Texcoco e Tlacopan, senhores e tributadores de uma enorme região. Eram os mexicas, que depois do segundo nascimento de Huitzilopochtli, guerreiro que nasce para vingar sua mãe, que havia sido engravidada por uma pluma e seria morta pelos irmãos, abandonam a denominação de astecas por ordem divina.

Depois de vários anos na região, onde fazem amizades e inimizades – e depois de se estabelecerem em Chapultepec e outras localidades na margem do lago Texcoco –, entram no lago em 1325. Nesse lugar construirão sua capital. Logo elegem Acama Pichtli seu primeiro *tlahtoani* – *aquele que tem a palavra*, denominação dada aos soberanos.

Até 1428 são tributários dos tepanacas, donos da ilha, quando então, aliados a outros senhorios, vencem Azcapotzalco. É o início de uma campanha guerreira, que em menos de um século chegará até a Costa do Golfo, do Pacífico e até a atual Guatemala. Tenochtitlan torna-se a Nova Tula. Os povos de Culhuacan,

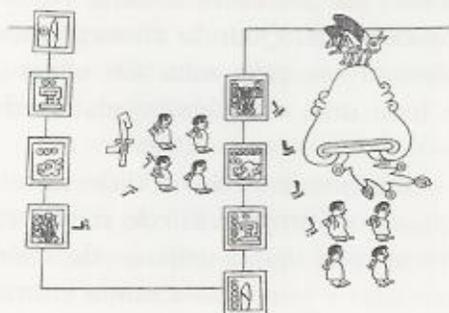


Fig. 5
Chegada a Chapultepec ou
Cerro dos grilos, segundo a
Tira de la peregrinación –
Arqueología Mexicana.

Texcoco, Chalco, Azcapotzalco, e Tlaxcala adotam o calendário *tenochca*. A Nova Tula gesta a história do mundo, do Quinto Sol.

Cristianismo, Iluminismo, Civilização Tecnológica e Direitos Humanos – Depois desse rápido sobrevôo sobre a cultura e a história da Mesoamérica, podemos começar a perceber que falar em índios e descobrimento da América pode ser muito útil para outras finalidades que não a de conhecer, valorizar e respeitar estas diferentes culturas.

Para esse mundo sumariamente descrito (e certamente para a maioria das culturas nativas americanas), os significados e sentidos da conquista que se iniciou no século 16 – e que continua até os nossos dias – foram catastróficos: *no decorrer de uns quantos séculos, seus habitantes originais, que estavam há milênios estabelecidos ali e se contavam por muitos milhões, passaram a ser considerados um fator marginal, quando não totalmente prescindível, no destino do continente.*

Os cristãos ocidentais do século 16 perceberam que toda a sua visão de mundo, baseada principalmente na Bíblia e em Aristóteles, foi de alguma forma questionada pela existência desses estranhos povos. Os freis espanhóis tornaram-se especialistas em fixar o olhar sobre as culturas americanas, que as enquadrava nas suas concepções cristãs de história e salvação. Além disso, instituíram para os sobreviventes das epidemias, guerras, maus tratos e escravidão, um processo de evangelização que tendia, em última instância, a eliminar ou amenizar essas diferenças radicais.

Em todo esse processo de evangelização e ocidentalização, os povos indígenas americanos foram sempre infantilizados, ou seja, deveriam ser guiados por desígnios propostos externamente. Suas culturas foram sempre vistas, ora como algo asqueroso – caso das práticas rituais com sacrifícios ou antropofagia –, ora como algo interessante e exótico.

O fato é que raríssimas vezes conseguimos nos livrar, mesmo de um modo mínimo, desses preconceitos, e entrar verdadeiramente nesses universos culturais. Quando conseguimos fazê-lo as surpresas são indescritíveis, pois salta aos olhos a percepção da existência de toda uma complexa e elaborada visão de mundo.

Gordon Brotherston, um inglês estudioso dos códices mesoamericanos, mostra que enquanto a Europa cristã do século 16 acreditava que o mundo tinha apenas alguns milhares de anos, que havia sido criado em seis dias e continuava como era no

início, os mesoamericanos especulavam sobre um passado de milhões de anos e sobre as metamorfoses e relações entre os animais – incluindo o próprio homem –, como atestam suas narrativas consideradas míticas.

Todo esse saber foi soterrado e ignorado até o século 19, quando então os “verdadeiros cientistas” começam a tratar desses temas na Europa. Enquanto isso, aqui na América, os povos indígenas eram mais uma vez submetidos a um projeto que não lhes convinha: a formação de Estados-nações, a partir das independências.

Reconhecer nessas outras culturas esse tipo de saber, além de ser um processo muito trabalhoso, que envolve anos de estudo, acaba por abalar toda a tradicional e linear narrativa histórica ocidental. Abala também a sua pretensa divisão da história humana em Pré-História, Antigüidade, Idade Média, e Idades Moderna e Contemporânea.

Talvez devêssemos pensar a história como a trama de um tecido ou um mosaico, em vez de vê-la como uma linha do tempo unívoca, dividida em períodos sucessórios e progressivos, na qual as sociedades industriais modernas ocupam o último e mais avançado estágio. Hoje, não acreditamos mais na parúsia e no inevitável universalismo cristão, nem estamos tão entusiasmados com os progressos da sociedade industrial. Qual o lugar, então, dessas diferentes tradições culturais em um mundo ocidentalizado? Será que a crença e a tentativa de universalização da cultura cristã ocidental não foi substituída pela universalização da sociedade tecno-industrial, da democracia ocidental dos direitos humanos?

O professor e antropólogo peruano Rodrigo Montoya contava-me que em um de seus trabalhos de campo, em uma comunidade andina peruana, conversou com um “intelectual indígena” chamado Evaristo Nungquag. Era um dos primeiros dirigentes do povo aguaruna-huambisa e hoje é prefeito de uma província. Tratava de uma espécie de sábio, que se preocupa com os destinos de seu povo e é reconhecido como tal por este. O assunto era direitos humanos, e Montoya perguntou-lhe o que achava da igualdade dos homens.

A resposta veio em forma de pergunta e foi contundente: “Iguais a quem e por quê?” Com essas palavras, o sábio andino mostra como o conceito que temos de homem – ou do que acreditamos que ele deva ser – é um conceito totalmente europeu e baseado na existência e primazia do indivíduo como portador de um sentido singular e realizável. É uma teleologia

do ego. Será que a partir desses valores podemos respeitar os direitos coletivos reivindicados por esses grupos?

Parece que, mesmo querendo ajudá-los, o Ocidente cristão ainda padece de um olhar violentador e totalizador (e quem sabe totalitário) sobre os povos indígenas. Trata-se de um olhar que varia do bom selvagem às sociedades primitivas em estágios civilizacionais anteriores ao nosso. É fruto de uma perspectiva antropológica e histórica ocidental, que tomou as diferenças culturais espalhadas geograficamente e organizou-as como diferenças temporais progressivas, nas quais a sociedade européia era a "ponta de lança" da humanidade.

Recentemente revestimos essas culturas de outras expectativas e atribuímo-lhes outros destinos. São vistas como uma humanidade que vive em harmonia com a natureza, e por isso devem ensinar-nos a voltar a esse estágio quase paradisíaco — uma reedição do bom selvagem de Rousseau.

A professora de história da América da Universidade de São Paulo, Janice Theodoro, contou-me um fato ilustrativo. Ela organizava a parte brasileira de uma exposição que aconteceria em Portugal, em 1988, em comemoração às grandes navegações. Quando visitava comunidades indígenas atuais para a obtenção de fotos, o líder de um grupo Terena pediu-lhe para que os índios não fossem fotografados junto às plantas ou aves consideradas exóticas. Eles queriam aparecer perto dos objetos que produziam, isto é, junto da parte visível de sua cultura, que os torna homens e os identifica entre si.

Temos de parar de projetar nossas explicações do passado, carências do presente e expectativas do futuro sobre estas civilizações. Quando o fazemos, falamos apenas para nós mesmos. Creio que seria saudável vê-las e ouvi-las.

Hoje se fala muito em multiculturalidade e direitos de autodeterminação dos povos. Estes são permitidos — ou pelo menos garantidos por lei em muitos países —, desde que não firam os interesses e pressupostos de unidade que sustentam os Estados-nação, ou a centralidade dos direitos dos cidadãos, hoje substituídos pelos direitos do consumidor.

Essas prerrogativas se baseiam na centralidade cristã e iluminista do indivíduo. Será que os povos indígenas, que não por sua vontade habitam o território brasileiro, querem escolas, evangelização e médicos? Talvez preferissem apenas um território onde não houvesse homens brancos, que determinam seus destinos, na quase totalidade das vezes de forma catastrófica.

Não ousou colocar tais perguntas. Elas poderiam abrir a possibilidade de legitimar outras formas de organizações soberanas dentro de um Estado-nação supostamente unitário. Não defendo culturas imóveis ou museus. Temos de libertar-nos do mito da origem e da pureza. Toda cultura é uma trama de elementos próprios e assimilações de alheios, na maioria dos casos impostos de forma violenta. Acredito, apenas, que essas assimilações e mudanças deveriam ser uma escolha de dado grupo.

Temos de abandonar a pretensão de conceder aos povos indígenas americanos um lugar em nossa visão de mundo e forçá-los a ocupá-lo. Precisamos aceitar que as soluções dadas por essas civilizações à sua existência e aos seus problemas não são em nada inferiores às nossas – são apenas diferentes. **THOT**

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Brotherston, Gordon. *La América indígena en su literatura: los libros del cuarto mundo*. México: Fondo de Cultura Económica, 1997.
- Códice Chimalpopolca: *Anales de Cuauhtitlan y Leyenda de los Soles*. México: Instituto de História da UNAM, 1945.
- Florescano, Enrique. *Mito e história na memória mexicana*. Discurso do Dr. Enrique Florescano, apresentado na ocasião de seu ingresso na Academia Mexicana de História, como membro, 18 de Julho de 1989.
- _____. *Memoria mexicana*. México: Fondo de Cultura Económica, 1994.
- Garibay K. Angel María (Org.). *Teogonía e historia de los mexicanos: tres opúsculos del siglo XVI*. México: Editorial Porrúa, 1996.
- León-Portilla, Miguel. *Literaturas indígenas de México*. México D. F. & Madrid: Fondo de Cultura Económica & Editorial Mapfre, 1992.
- México Antiguo, Antología*. Volume I, Joaquín García-Bárcena (diretor científico), México: Editorial Raíces & INAH, 1995.
- Popol Vuh. *Las antiguas historias del quiché*. México: Fondo de Cultura Económica, 1996.
- Segala, Amos. *Literatura náhuatl. Fuentes, identidades, representaciones*. México: Editorial Grijalbo, 1990, série Los Noventa.
- Siméon, Rémi. *Diccionario de la lengua nahuatl o mexicana*. México D.F. & Madrid: Siglo Veintiuno, 1997, Colección América Nuestra.